



Seminário sobre a Metodologia de WBL





Mobilidade

Safety	Mobility	Work	Pay	Marriage
Parenthood	Childcare	Entrepreneurship	Assets	Pension



Mobilidade – Motivação



- **A mobilidade é essencial para a inclusão económica** – A liberdade de viajar e escolher onde viver permite às mulheres aceder a oportunidades de emprego, educação e empreendedorismo.
- **As barreiras de transporte reduzem a participação da força de trabalho** – Sistemas de transporte inadequados, inseguros ou cegos em termos de gênero diminuem a participação das mulheres na força de trabalho, especialmente em países em desenvolvimento.
- **As restrições de mobilidade limitam as redes e o crescimento** – As restrições de movimento dificultam a capacidade das mulheres de construir redes de negócios e acessar oportunidades de desenvolvimento de competências.
- **As reformas jurídicas podem libertar potencial** – Tratar as leis discriminatórias em matéria de nacionalidade e desenhar os transportes tendo em mente as necessidades das mulheres aumenta a autonomia e o impacto económico.



Pilar I: Enquadramento Legal - Mobilidade

01

A lei permite que uma mulher escolha onde viver da mesma forma que um homem?

Questões subjacentes

- Não há dados subjacentes

02

A lei permite que uma mulher viaje internacionalmente da mesma forma que um homem?

- A lei permite que uma mulher viaje para o estrangeiro da mesma forma que um homem?
- A lei permite que uma mulher solicite um passaporte da mesma forma que um homem?

03

A lei permite que uma mulher saia do lar conjugal e viaje para o país da mesma forma que um homem?

- Não há dados subjacentes

04

Uma mulher e um homem têm direitos iguais para conferir cidadania ao cônjuge ou aos filhos?

- Uma mulher tem os mesmos direitos legais para conferir a nacionalidade aos seus filhos?
- Uma mulher tem o mesmo direito legal de conferir a nacionalidade ao marido?

Pilar I: Enquadramento Legal - Mobilidade– I.2.1



	Pontuação	Pontuação máxima reescalada
I.2.1 A lei permite que uma mulher escolha onde viver da mesma forma que um homem?	0 ou 1	25

Ao indicador I.2.1 é atribuída uma pontuação de **1** se estiverem preenchidas as duas condições seguintes:

- ▶ Não há restrições na lei para uma mulher escolher onde viver; OU
- ▶ Há um reconhecimento explícito dos direitos das mulheres a escolherem livremente onde viver.

Uma pontuação de **1** só é atribuída se a lei não contiver nenhuma das seguintes restrições:

- ▶ Existem restrições legais para uma mulher escolher onde viver; OU
- ▶ O marido escolhe o lar conjugal ou o lar do marido é o lar conjugal padrão; OU
- ▶ Uma mulher casada adota automaticamente o domicílio do marido após o casamento; OU
- ▶ Uma mulher casada é obrigada a viver no domicílio conjugal determinado pelo marido.
- ▶ A opinião do marido sobrepõe-se à opinião da mulher casada na escolha do domicílio conjugal; OU
- ▶ Uma mulher casada precisa de uma autorização judicial para determinar o domicílio para si e para os seus filhos fora do domicílio do marido; OU
- ▶ Uma mulher casada perde alimentos se deixar o domicílio do marido ou se abster de se mudar para a casa do marido; OU
- ▶ Uma mulher casada só pode escolher de forma independente o seu domicílio em circunstâncias específicas, como se o marido transferir a sua residência para um país estrangeiro, ou se infligiu maus-tratos ou se envolveu em comportamentos indignos ou imorais.



Pilar I: Enquadramento Legal – Mobilidade – I.2.2 (1)

	Pontuação	Pontuação máxima reescalona da
I.2.2 A lei permite que uma mulher viaje internacionalmente da mesma forma que um homem?	0 - 1	25
I.2.2.1 A lei permite que uma mulher viaje para o estrangeiro da mesma forma que um homem?	A resposta a cada pergunta deve ser SIM para obter 1 ponto	
I.2.2.2 A lei permite que uma mulher solicite um passaporte da mesma forma que um homem?		

I.2.2.1 A lei permite que uma mulher viaje para o estrangeiro da mesma forma que um homem?

À pergunta I.2.2.1 é atribuída uma pontuação de 0,5 se estiver preenchida uma das três condições seguintes:

- ▶ Não há restrições para uma mulher viajar internacionalmente; OU
- ▶ Não existem barreiras legais que impeçam uma mulher de viajar sozinha internacionalmente; OU
- ▶ Há um reconhecimento explícito dos direitos das mulheres a viajar internacionalmente.

Uma pontuação de 0,50 só é atribuída se a lei não contiver nenhuma das seguintes restrições:

- ▶ É necessária autorização de documentação adicional, ou a presença de um marido, parente do sexo masculino ou tutor para que uma mulher saia do país; OU
- ▶ Uma mulher é obrigada a viajar com o marido; OU
- ▶ A mulher é obrigada a apresentar uma razão legítima para não viajar com o marido; OU
- ▶ Uma mulher perde alimentos quando viaja para o estrangeiro ou se se recusa a viajar com o marido.



Pilar I: Enquadramento Legal – Mobilidade – I.2.2 (2)

	Pontuação	Pontuação máxima reescalona da
I.2.2 A lei permite que uma mulher viaje internacionalmente da mesma forma que um homem?	0 - 1	25
I.2.2.1 A lei permite que uma mulher viaje para o estrangeiro da mesma forma que um homem?	A resposta a cada pergunta deve ser SIM para obter 1 ponto	
I.2.2.2 A lei permite que uma mulher solicite um passaporte da mesma forma que um homem?		

I.2.2.2 A lei permite que uma mulher solicite um passaporte da mesma forma que um homem?

À pergunta I.2.2.2 é atribuída uma pontuação de 0,5 se estiver preenchida uma das três condições seguintes:

- ▶ Não existem restrições legais ou barreiras impostas a uma mulher que solicite um passaporte que os homens não enfrentem; OU
- ▶ Existe um reconhecimento legal explícito dos direitos das mulheres de requererem um passaporte da mesma forma que os homens.

Uma pontuação de 0,50 só é atribuída se a lei não contiver nenhuma das seguintes restrições:

- ▶ Uma mulher é obrigada a obter consentimento ou permissão de seu marido, parente masculino ou tutor para solicitar um passaporte; OU
- ▶ Uma mulher é adicionada ao passaporte de seu marido, parente masculino ou tutor; OU
- ▶ Uma mulher é obrigada a fornecer detalhes sobre seu marido, parente masculino ou tutor, como nome, número de identificação nacional ou nacionalidade; OU
- ▶ Uma mulher é obrigada a fornecer uma certidão de casamento ou de divórcio ou quaisquer outros documentos ou certificações adicionais, enquanto isso não é exigido para um homem.



Pilar I: Enquadramento Legal – Mobilidade – I.2.3

	Pontuação	Pontuação máxima reescalada
I.2.3 A lei permite que uma mulher saia do lar conjugal e viaje para o país da mesma forma que um homem?	0 ou 1	25

Ao indicador I.2.3 é atribuída uma pontuação de 1 se for satisfeita uma das três condições seguintes:

- ▶ Não há restrições na lei para uma mulher viajar sozinha em casa; OU
- ▶ Não existem barreiras que impeçam uma mulher de viajar internamente; OU
- ▶ Há um reconhecimento explícito dos direitos das mulheres a viajarem internamente da mesma forma que os homens.

Uma pontuação de 1 só é atribuída se a lei não contiver nenhuma das seguintes restrições:

- ▶ É necessária permissão, documentação adicional ou a presença do marido, pai ou tutor para que uma mulher viaje de forma independente no país; OU
- ▶ Uma mulher está sujeita a consequências legais por sair de casa sem um motivo válido, como a perda do direito a alimentos; OU
- ▶ A lei prevê que uma mulher casada não pode sair da casa do marido sem autorização; OU
- ▶ A lei prevê que uma mulher casada deve apresentar um motivo legítimo para sair da casa do marido.



Pilar I: Enquadramento Legal - Mobilidade– I.2.4 (1)

	Pontuação	Pontuação máxima reescalada
I.2.4 Uma mulher e um homem têm direitos iguais para conferir a cidadania ao cônjuge e aos filhos?	0 ou 1	25
I.2.4.1 Uma mulher tem os mesmos direitos legais para conferir a nacionalidade aos seus filhos?	A resposta a cada pergunta deve ser SIM para obter 1 ponto	
I.2.4.2 Uma mulher tem o mesmo direito legal de conferir a nacionalidade ao marido?		

I.2.4.1 Uma mulher tem os mesmos direitos legais para conferir a nacionalidade aos seus filhos?

À pergunta 1.2.4.1 é atribuída uma pontuação de 0,5 se não existirem diferenças jurídicas entre homens e mulheres na atribuição da nacionalidade aos filhos.

Uma pontuação de 0,50 só é atribuída se a lei não contiver nenhuma das três restrições seguintes:

- ▶ A lei concede aos homens o direito de conferir cidadania aos filhos nascidos do casamento, mas não estabelece explicitamente esse direito para as mulheres; OU
- ▶ Uma mulher está sujeita a requisitos diferentes dos de um homem, tais como tempos de espera, ou se a transmissão da nacionalidade só for possível em circunstâncias limitadas, como se a nacionalidade do pai for desconhecida; OU
- ▶ A lei proíbe ou restringe a capacidade de uma mulher conferir nacionalidade aos seus filhos nascidos do casamento de qualquer outra forma.



Pilar I: Enquadramento Legal – Mobilidade – I.2.4 (2)

	Pontuação	Pontuação máxima reescalada
I.2.4 Uma mulher e um homem têm direitos iguais para conferir a cidadania ao cônjuge e aos filhos?	0 ou 1	25
I.2.4.1 Uma mulher tem os mesmos direitos legais para conferir a nacionalidade aos seus filhos?	A resposta a cada pergunta deve ser SIM para obter 1 ponto	
I.2.4.2 Uma mulher tem o mesmo direito legal de conferir a nacionalidade ao marido?		

I.2.4.2 Uma mulher tem o mesmo direito legal de conferir nacionalidade ao marido?

À pergunta I.2.4.2 é atribuída uma pontuação de 0,50 se estiver preenchida uma das duas condições seguintes:

- ▶ Não existem diferenças jurídicas ou processuais entre homens e mulheres na atribuição da nacionalidade aos seus cônjuges; OU
- ▶ Não existe qualquer diferença jurídica no tratamento entre uma mulher estrangeira e um marido estrangeiro.

Uma pontuação de 0,50 só é atribuída se a lei não contiver nenhuma das três restrições seguintes:

- ▶ A lei estabelece regras ou requisitos diferentes para homens e mulheres, tais como o marido estrangeiro que precisa registrar seu local de residência ou obter permissão para viajar fora de locais designados, não obrigatório para uma esposa estrangeira; OU
- ▶ A lei estabelece que uma mulher estrangeira que obteve a nacionalidade através do casamento não pode conferi-la ao marido aquando de um novo casamento; OU
- ▶ A lei prevê que uma mulher só pode conferir a nacionalidade ao seu marido estrangeiro mediante autorização de um órgão governamental; OU
- ▶ A lei proíbe ou restringe a capacidade de uma mulher conferir nacionalidade ao seu marido estrangeiro de qualquer outra forma.

Pilar II: Mecanismos de Implementação - Mobilidade



01

Os processos de pedido de documentos oficiais de identidade são os mesmos para uma mulher e um homem?

Questões subjacentes

- Não há dados subjacentes

02

Os processos de pedido de passaporte são os mesmos para uma mulher e um homem?

- Não há dados subjacentes

03

Uma política ou plano considera as necessidades de mobilidade das mulheres nos sistemas de transporte público?

- Uma política ou plano reconhece as necessidades das mulheres no acesso e uso do transporte público?
- A política ou o plano estabelece objetivos e metas específicos associados às necessidades de transporte das mulheres?

04

As mulheres enfrentam restrições de mobilidade impostas pelo governo, inclusive quando viajam com seus filhos?

- Não há dados subjacentes



Pilar II: Mecanismos de Implementação – Mobilidade – II.2.1

	Pontuação	Pontuação máxima reescalada
II.2.1 Os processos de pedido de documentos oficiais de identidade são os mesmos para uma mulher e um homem?	0 ou 1	25

Ao indicador II.2.1 é atribuída uma pontuação de 1 se estiverem preenchidas as três condições seguintes:

- ▶ Os processos de pedido de documentos de identidade oficiais são uniformes tanto para mulheres como para homens; E AINDA
- ▶ Não existem barreiras processuais que impeçam uma mulher de requerer um documento de identidade oficial da mesma forma que um homem; E AINDA
- ▶ Não existem requisitos documentais adicionais para as mulheres a que os homens não estejam sujeitos.

Uma pontuação de **1** só é atribuída se a lei não contiver nenhuma das seguintes quatro restrições:

- ▶ Uma mulher é anexada ao pedido de documento de identidade do marido; OU
- ▶ A autorização ou assinatura do marido, parente do sexo masculino ou tutor é necessária para que uma mulher inicie o pedido de documentos oficiais de identidade; OU
- ▶ Os procedimentos exigem que a mulher forneça detalhes sobre seu marido, parente masculino ou um tutor; OU
- ▶ Uma mulher é obrigada a apresentar documentos complementares, como uma certidão de casamento ou divórcio, a menos que, no caso de certificar a mudança de nome opcional após o casamento, não seja obrigatória para um homem.



Pilar II: Mecanismos de Implementação – Mobilidade – II.2.2

	Pontuação	Pontuação máxima reescalada
II.2.2 Os processos de pedido de passaporte são os mesmos para uma mulher e um homem?	0 ou 1	25

Ao indicador II.2.2 é atribuída uma pontuação de **1** se estiverem preenchidas as três condições seguintes:

- ▶ Os procedimentos de pedido e os formulários de passaporte são uniformes tanto para as mulheres como para os homens; E AINDA
- ▶ Não existem barreiras processuais que impeçam uma mulher de solicitar um passaporte da mesma forma que um homem; E AINDA
- ▶ Não existem requisitos documentais adicionais para as mulheres a que os homens não estejam sujeitos.

Uma pontuação de **1** só é atribuída se a lei não contiver nenhuma das três restrições seguintes:

- ▶ Uma mulher é incluída no pedido de passaporte do marido ou deve obter a autorização ou assinatura de seu marido, parente do sexo masculino ou um tutor para iniciar um pedido de passaporte; OU
- ▶ Uma mulher é obrigada a fornecer detalhes sobre seu marido, parente masculino ou um tutor; OU
- ▶ Uma mulher é obrigada a apresentar documentos complementares, como casamento ou divórcio, a menos que, no caso de certificar a mudança de nome opcional após o casamento, não seja obrigatória para um homem.



Pilar II: Mecanismos de Implementação – Mobilidade – II.2.3 (1)

	Pontuação	Pontuação máxima reescalada
II.2.3 Uma política ou plano considera as necessidades de mobilidade das mulheres nos sistemas de transporte público?	0 -1	25
II.2.3.1 Uma política ou plano reconhece as necessidades das mulheres no acesso e utilização dos transportes públicos?	A resposta a cada pergunta deve ser SIM para obter 1 ponto	
II.2.3.2 A política ou o plano definem objetivos e metas específicos associados às necessidades de transporte das mulheres? (NOVO)		

II.2.3.1 Uma política ou plano reconhece as necessidades das mulheres no acesso e uso do transporte público?

À pergunta II.2.3.1 é atribuída uma pontuação de 0,50 se estiverem preenchidas as três condições seguintes:

- ▶ Existe uma política ou um plano de transportes, quer a nível nacional quer a nível da principal cidade empresarial; E AINDA
- ▶ A política ou plano está em vigor durante o ciclo de relatório ou foi publicado nos últimos cinco anos anteriores à data de corte da coleta de dados, se não houver uma data de expiração especificada no documento; E AINDA
- ▶ A política ou plano considera explicitamente as necessidades de mobilidade das mulheres no âmbito dos transportes públicos e aborda diferentes facetas da mobilidade das mulheres (RUP) A política ou plano promove a integração da perspectiva de género nos processos de tomada de decisão para o planeamento das redes de transporte.



Pilar II: Mecanismos de Implementação – Mobilidade – II.2.3 (2)

	Pontuação	Pontuação máxima reescalada
II.2.3 Uma política ou plano considera as necessidades de mobilidade das mulheres nos sistemas de transporte público?	0 -1	25
II.2.3.1 Uma política ou plano reconhece as necessidades das mulheres no acesso e utilização dos transportes públicos?	A resposta a cada pergunta deve ser SIM para obter 1 ponto	
II.2.3.2 A política ou o plano definem objetivos e metas específicos associados às necessidades de transporte das mulheres? (NOVO)		

II.2.3.2 A política ou o plano estabelece objetivos e metas específicos associados às necessidades de transporte das mulheres?

À pergunta II.2.3.2 é atribuída uma pontuação de 0,50 se a política ou plano de transportes avaliado em II.2.3.1 incluir objetivos, componentes ou itens de ação específicos dedicados a abordar (1) as necessidades de mobilidade das mulheres, as suas necessidades de segurança nos transportes públicos, tais como a acessibilidade ou a acessibilidade financeira dos transportes, a conceção de infraestruturas ou os horários de serviço, ou (2) a integração da perspetiva de género nos processos de tomada de decisão.



Pilar II: Mecanismos de Implementação – Mobilidade – II.2.4

	Pontuação	Pontuação máxima reescalada
II.2.4-As mulheres enfrentam restrições de mobilidade impostas pelo governo, inclusive quando viajam com seus filhos? (NOVO)	0 ou 1	25

Ao indicador II.2.4 é atribuída uma pontuação de **1** se estiverem preenchidas as três condições seguintes:

- ▶ Não existem diferenças processuais ou administrativas entre homens e mulheres na sua capacidade de viajar com os filhos; OU
- ▶ O consentimento do cônjuge é necessário para viajar internacionalmente com a criança, mas aplica-se igualmente a homens e mulheres; OU
- ▶ Não existem restrições de mobilidade impostas pelo governo às mulheres.

Uma pontuação de **1** só é atribuída se a lei não contiver nenhuma das três restrições seguintes:

- ▶ As mulheres são obrigadas a fornecer documentos ou informações adicionais ou enfrentam quaisquer outras condições quando solicitam o passaporte dos seus filhos que não é obrigatório para os homens; OU
- ▶ As mulheres devem obter permissão ou autorização de um tutor masculino da criança para viajar com seus próprios filhos e tal permissão não é necessária para os homens; OU
- ▶ Existem restrições de mobilidade impostas pelo governo que restringem a capacidade das mulheres de participar em atividades recreativas ou de lazer ou no acesso a quaisquer espaços públicos.

Pilar III: Percepção da Aplicação da Lei - Mobilidade



01

Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas (aplicam a legislação existente que restringe/defendem) o direito das mulheres de escolher onde viver, na prática? N

02

Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas aplicam a legislação existente que restringe o direito das mulheres a viajar internacionalmente, na prática? N

03

Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas (aplicam a legislação existente que restringe/defende) o direito de uma mulher a abandonar o lar conjugal e a viajar para o país de origem, na prática? N

04

Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas (aplicam a legislação existente que restringe/defendem) o direito de uma mulher de conferir cidadania aos seus cônjuges e filhos, na prática? N

Respostas da escala Likert

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Maioritariamente
- Totalmente

Respostas da escala Likert

- Totalmente (OU) Nunca
- Maioritariamente (OU) Raramente
- Às vezes
- Raramente (OU) Maioritariamente
- Nunca (OR) Totalmente

Pilar III: Percepção da Aplicação da Lei - Mobilidade– III.2.1.1 e III.2.1.2



As questões III.2.1.1 e III.2.1.2 são apresentadas de acordo com a pontuação de I.2.1 A lei permite que uma mulher escolha onde viver da mesma forma que um homem?

Se a pontuação for 0:

III.2.1.1 Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas **aplicam a** legislação existente que restringe o direito das mulheres de escolher onde viver, na prática?

Se a pontuação for 1:

III.2.1.2 Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas **defendem a** igualdade de direitos entre homens e mulheres na escolha de onde viver, na prática?

Escala Likert	Pontuação (0-4)	Pontuação ponderada (0-100)
Nunca	4	100
Raramente	3	75
Às vezes	2	50
Maioritariamente	1	25
Totalmente	0	0

Escala Likert	Pontuação (0-4)	Pontuação ponderada (0-100)
Nunca	0	0
Raramente	1	25
Às vezes	2	50
Maioritariamente	3	75
Totalmente	4	100



Pilar III: Percepção da Aplicação da Lei – Mobilidade – III.2.2.1 e III.2.2.2(1)

As perguntas III.2.2.1 e III.2.2.2 relativas à percepção da execução são apresentadas de acordo com a resposta à pergunta subjacente I.2.2.1 A lei permite que uma mulher viaje para o estrangeiro da mesma forma que um homem?

Se a pontuação for 0:

III.2.2a Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas **aplicam** a legislação existente que restringe o direito das mulheres de viajar para o estrangeiro, na prática?

Escala Likert	Pontuação (0-4)	Pontuação ponderada (0-100)
Nunca	4	100 multiplicado por 0,5
Raramente	3	75 multiplicado por 0,5
Às vezes	2	50 multiplicado por 0,5
Maioritariamente	1	25 multiplicado por 0,5
Totalmente	0	0

Se a pontuação for 0,5:

III.2.2b Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas **defendem** a igualdade de direitos entre mulheres e homens quando viajam para o estrangeiro, na prática?

Escala Likert	Pontuação (0-4)	Pontuação ponderada (0-100)
Nunca	0	0
Raramente	1	25 multiplicado por 0,5
Às vezes	2	50 multiplicado por 0,5
Maioritariamente	3	75 multiplicado por 0,5
Totalmente	4	100 multiplicado por 0,5



Pilar III: Percepção da Aplicação da Lei - Mobilidade – III.2.2.1 e III.2.2.2(2)

As perguntas III.2.2.1 e III.2.2.2 relativas à percepção da execução são apresentadas de acordo com a resposta à pergunta subjacente I.2.2.2 A lei permite que uma mulher solicite um passaporte da mesma forma que um homem?

Se a pontuação for 0:

III.2.2c Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas **aplicam a** legislação existente que restringe o direito das mulheres de requererem um passaporte em questão , na prática?

Se a pontuação for 0,5:

III.2.2d Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas **defendem na** prática a igualdade de direitos entre homens e mulheres para requerer um passaporte, na prática?

Escala Likert	Pontuação (0-4)	Pontuação ponderada (0-100)
Nunca	4	100 multiplicado por 0,5
Raramente	3	75 multiplicado por 0,5
Às vezes	2	50 multiplicado por 0,5
Maioritariamente	1	25 multiplicado por 0,5
Totalmente	0	0

Escala Likert	Pontuação (0-4)	Pontuação ponderada (0-100)
Nunca	0	0
Raramente	1	25 multiplicado por 0,5
Às vezes	2	50 multiplicado por 0,5
Maioritariamente	3	75 multiplicado por 0,5
Totalmente	4	100 multiplicado por 0,5



Pilar III: Percepção da Aplicação da Lei – Mobilidade – III.2.3.1 e III.2.3.2

As questões III.2.3.1 e III.2.3.2 são apresentadas de acordo com a pontuação de I.2.3 A lei permite que uma mulher saia do lar conjugal e viaje para o país da mesma forma que um homem?

Se a pontuação
for 0:

III.2.3.1 Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas **aplicam** a legislação existente que restringe o direito das mulheres de abandonar o domicílio conjugal e de viajar para o seu país, na prática?

Se a pontuação
for 1:

III.2.3.2 Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas **defendem a** igualdade de direitos entre homens e mulheres quando saem do lar conjugal e viajam internamente, na prática?

Escala Likert	Pontuação (0-4)	Pontuação ponderada (0-100)
Nunca	4	100
Raramente	3	75
Às vezes	2	50
Maioritariamente	1	25
Totalmente	0	0

Escala Likert	Pontuação (0-4)	Pontuação ponderada (0-100)
Nunca	0	0
Raramente	1	25
Às vezes	2	50
Maioritariamente	3	75
Totalmente	4	100



Pilar III: Percepção da Aplicação da Lei – Mobilidade – III.2.4.1 e III.2.4.2(1)

As perguntas III.2.4.1 e III.2.4.2 relativas à percepção da execução são apresentadas de acordo com a resposta à pergunta subjacente I.2.4.1 Uma mulher e um homem têm direitos iguais para conferir cidadania aos seus cônjuges e filhos?

Se a pontuação for 0:

III.2.4a Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas **aplicam** a legislação que restringe o direito das mulheres a conferir a nacionalidade aos seus filhos, na prática?

Se a pontuação for 0,5:

III.2.4b Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas **defendem** a igualdade de direitos entre homens e mulheres ao conferirem a nacionalidade aos seus filhos, na prática?

Escala Likert	Pontuação (0-4)	Pontuação ponderada (0-100)
Nunca	4	100 multiplicado por 0,5
Raramente	3	75 multiplicado por 0,5
Às vezes	2	50 multiplicado por 0,5
Maioritariamente	1	25 multiplicado por 0,5
Totalmente	0	0 multiplicado por 0,5

Escala Likert	Pontuação (0-4)	Pontuação ponderada (0-100)
Nunca	0	0 multiplicado por 0,5
Raramente	1	25 multiplicado por 0,5
Às vezes	2	50 multiplicado por 0,5
Maioritariamente	3	75 multiplicado por 0,5
Totalmente	4	100 multiplicado por 0,5



Pilar III: Percepção da Aplicação da Lei – Mobilidade – III.2.4.1 e III.2.4.2(2)

As perguntas III.2.4.1 e III.2.4.2 relativas à percepção da execução são apresentadas de acordo com a resposta à pergunta subjacente I.2.4.1 Uma mulher e um homem têm direitos iguais para conferir cidadania aos seus cônjuges e filhos?

Se a pontuação for 0:

III.2.4c Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas **aplicam** a legislação que restringe o direito de uma mulher conferir a nacionalidade ao seu cônjuge, na prática?

Se a pontuação for 0,5:

III.2.4d Na sua opinião, em que medida as autoridades públicas **defendem a** igualdade de direitos entre homens e mulheres na atribuição da nacionalidade ao cônjuge, na prática?

Escala Likert	Pontuação (0-4)	Pontuação ponderada (0-100)
Nunca	4	100 multiplicado por 0,5
Raramente	3	75 multiplicado por 0,5
Às vezes	2	50 multiplicado por 0,5
Maioritariamente	1	25 multiplicado por 0,5
Totalmente	0	0 multiplicado por 0,5

Escala Likert	Pontuação (0-4)	Pontuação ponderada (0-100)
Nunca	0	0 multiplicado por 0,5
Raramente	1	25 multiplicado por 0,5
Às vezes	2	50 multiplicado por 0,5
Maioritariamente	3	75 multiplicado por 0,5
Totalmente	4	100 multiplicado por 0,5